



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara , 210 , 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

ATA DA 38ª (TRIGÉSIMA-OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA, DA GESTÃO 2018/2020 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 10(DEZ) DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2019 (DOIS MIL E DEZENOVE) .

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas, no plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, verificado o quórum com a presença dos sócios que assinaram o livro de presença (art.54, § 1º do Regimento interno), foi declarada aberta a 38ª (Trigésima-Oitava) sessão plenária ordinária pela 3º vice presidente, Dra. Adriana Brasil Guimarães, presidindo os trabalhos em substituição à presidente, Dra. Rita de Cássia Sant'Anna Cortez. Compuseram a mesa o Diretor Secretário, Dr. Antônio Laért Vieira Júnior, a quem a secretaria dos trabalhos foi confiada; o Diretor Adjunto, Dr. Luiz Felipe Conde; e a Diretora Adjunta, Dra. Katia Rubinstein Tavares. Abertos os trabalhos com a solenidade de posses, foi convocado para tal ato o Dr. Antonio do Passo Cabral, prestando o compromisso e assinando o livro de posse em seguida, indicando que fará parte da Comissão de Direito Tributário. Ato contínuo, foi passada a palavra ao Dr. Ivan Luis Nunes Ferreira, que exaltou o extenso currículo do empossado que, entre outros, é doutor e professor de processo civil pela UERJ, mestre em Direito Público pela UERJ, pós-doutor pela Sorbonne de Paris e professor visitante de universidades na Alemanha e Japão, além de Procurador da República no estado do Rio de Janeiro. Mas ressaltou que currículo não é nada, pois não faz jus ao brilhantismo e ao carisma do empossado, que foi demonstrada quando o Dr. Antonio do Passo Cabral esteve no IAB na homenagem a José Carlos Barbosa Moreira. Além disso, o Dr.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Antonio Cabral fez parte, pelo lado do Ministério Público Federal, da Justiça de Transição, organismo criado para responsabilizar a União pelas mortes durante o período de Ditadura. Lembrou, também, que o Dr. Antonio Cabral foi designado para investigar o atentado que vitimou a secretária do secretário da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, a dona Lida Monteiro, fato lembrado pela Dra. Adriana Guimarães, que também estava presente no IAB no dia do atentado. Após as palavras do Dr. Ivan Ferreira, o Dr. Antônio Laért anunciou as presenças do Desembargador Alexandre Antonio Franco Freitas Câmara, do Dr. Ronaldo Eduardo Cramer Veiga e da esposa do empossado, a juíza federal de Duque de Caxias, Dra. Karla Nanci Grando, no que a Dra. Adriana Brasil os "intimou" a montar um curso de Direito Processual Civil no ESIAB. O Dr. Antonio do Passo Cabral saudou os presentes e falou da história do IAB, ressaltando o rico legado na História do Brasil e da advocacia. Disse o empossado que, em tempos de retração de direitos fundamentais, de crescimento da intolerância, do autoritarismo, do desrespeito e do desprezo ao outro, são instituições como o IAB das quais se espera uma posição em nome dos valores mais caros da nossa Constituição, brigando pelas conquistas da nossa cidadania. Lembrou o passado do IAB, revelando a grande honra de participar do Instituto, pois essa tradição se vincula ao futuro, em uma linha contínua, que se envolve com o passado e o presente, uma tradição que se reinventa a cada geração honrando o passado para, do presente, construir e desenvolver os caminhos do que está por vir. A abertura do IAB para incorporar membros que não são advogados aos seus quadros permite e incentiva o prosseguimento dessa trajetória entre tradição, renovação e inovação. Disse que recebe essa homenagem não só como a grande honraria, mas como uma incumbência, um dever, de tentar colaborar com as inúmeras atividades realizadas pelo Instituto, seja nas comissões,



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

seja na ESIAB. A seguir, foi convidado a tomar posse o Dr. Renato Ferreira dos Santos, que prestou o compromisso, assinou o termo de posse e revelou que fará parte da Comissão de Direito Empresarial. Chamado à tribuna para prestar homenagem ao novo empossado, o Dr. Luiz Felipe Conde pontuou partes do currículo do Dr. Renato, com destaque para a pós-graduação em direito pela UFRJ, pós-graduação em Direito Público pela PUC-RJ, mestrado em Direito pela Regulação, pela FGV-RJ e membro da comissão jurídica do estudo de governança cooperativa, além de advogado. Lembrou que o empossado também foi aluno do Colégio São Bento, cujo lema era "orat et laborat", ou seja, trabalha e estuda. A seguir, o Dr. Renato saudou a todos, falou de seu apreço por instituições seculares e prestigiosas e, também, da sua trajetória acadêmica, objetivo do empossado no IAB, aprendendo e debatendo ideias para engrandecer o Instituto. Na sequência, foi chamada a tomar posse a Dra. Adriana Amaral dos Santos que, após prestar o compromisso e assinar o termo de posse, anunciou seu ingresso na Comissão de Direito Cooperativo. Convocado a tomar a palavra, o Dr. Paulo Renato Fernandes da Silva disse que tinha um encargo e um prazer de fazer a saudação à nova empossada e, também, à mulher brasileira. Leu o currículo da Dra. Adriana Amaral, com destaque para a pós-graduação em docência do ensino superior, pós-graduação em Direito Público e Tributário pela Universidade Cândido Mendes, é mestranda em Direito pela UFF, é criadora, apresentadora e desenvolvedora de uma série de iniciativas no campo do cooperativismo, além da larga experiência no campo do Direito Cooperativo, como advogada. A seguir, o Dr. Adilson Rodrigues Pires cumprimentou a mesa e os empossados, destacando que a Dra. Adriana Amaral já colaborou muito na Comissão antes de integrá-la e, agora como membro, contribuirá muito mais. A Dra. Adriana Amaral tomou a palavra na sequência e, muito emocionada, ressaltou a presença de



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

seus filhos não por uma questão de vaidade, mas um exemplo para o exercício da cidadania, que vai além de qualquer formalidade ou instituição. Discursou sobre o cooperativismo, citando os ideais da Revolução Francesa e como a Constituição Federal de 1988 conseguiu unir os três ideais emanados daquela, de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A seguir, foi convocada a apresentação de pareceres de indicações, começando pelo **Parecer na Indicação 050/2019 - Tributário, Medula Óssea, Isenção, Imposto de Renda de Pessoa Física, Lei nº 7.713/88**, Autor: Dr. Adilson Rodrigues Pires. Matéria: Projeto de Lei ° 9.209/2017, da Câmara de Deputados, de autoria do Deputado Nivaldo Albuquerque, que acrescenta artigo à Lei 7.713/88, para isentar do Imposto de Renda os rendimentos percebidos por pessoa física que doar medula óssea. Relator: Dr. José Enrique Teixeira Reinoso, da Comissão de Direito Financeiro e Tributário. Trata-se de um Projeto de Lei estranho ao Direito Tributário, uma vez que um ato altruísta de doar medula óssea não poderia ser beneficiado com isenção de Imposto de Renda. Pediu a palavra o Dr. Carlos Jorge Sampaio Costa para concordar com o relator, mostrando o quão absurdo é o Projeto de Lei, uma vez que um simples ato de doação de medula óssea traria prejuízos financeiros à arrecadação de impostos. O Dr. Carlos Raimundo Lisboa de Mendonça sustentou em sentido contrário, dizendo que o Brasil é o terceiro país com o maior número de doadores de medula óssea no mundo sem qualquer tipo de incentivo fiscal e que, se houvesse tal incentivo, poderia ser o líder neste tipo de doação. O Dr. Miro Teixeira apresentou questão de ordem, indagando onde está o Projeto de Lei e se os pareceres já passaram por comissão. O Dr. José Reinoso retornou à tribuna para esclarecer que o deputado que apresentou o Projeto de Lei não foi reeleito e, desde então, tal Projeto se encontra parado, mas não arquivado. O Dr. Joycemar de Lima Tejo pediu a palavra para concordar com o



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

parecer, mas discordou da parte final do mesmo, uma vez que entende que a extrafiscalidade permite o altruísmo da doação. O Dr. José Reinoso retornou à tribuna para ressaltar que o altruísmo não é objeto do Direito Tributário e que há questões envolvendo a doação que não se relaciona com a seara jurídica do incentivo fiscal. Além disso, não há como mensurar o tamanho do desconto pela doação, pois não há como valorar a medula óssea de uma pessoa ou de outra. Também argumentou que há uma lei de transplantes, que diz que vender um órgão é crime e, por isso, não há como receber um benefício por doação de medula óssea sem estar cometendo tal delito. O Dr. Adilson pediu a palavra para sustentar os argumentos do Dr. José Reinoso, informando que a Constituição Federal de 1988 proíbe a comercialização do sangue humano. Após os debates, o parecer foi aprovado. Na sequência, foi apresentado o **Parecer na Indicação 072/2018 - Agências reguladoras**. Autor: Dr. Manoel Messias Peixinho. Matéria: Projeto de Lei (PL) nº 6621/2016. Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e dá outras providências. Relator: Dr. Marcio Felipe Lacombe da Cunha, da Comissão de Direito Administrativo. O Dr. Marcio Lacombe discursou sobre a pertinência do tema, por criar uma lei geral, uniformizadora e sistematizadora das agências reguladoras e dos processos decisórios de tais agências, além de dar segurança jurídica aos agentes envolvidos. O Dr. Joycemar Tejo pediu a palavra



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara , 210 , 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

para destacar a diferença entre as agências reguladoras no Brasil e nos Estados Unidos, já que o liberalismo norte americano exigiu a criação de tais agências, justamente para controlar a liberdade demasiada, enquanto no Brasil, o neoliberalismo dos anos 90 criou as agências reguladoras para segurar, um fenômeno contrário. O Dr. Sérgio Luis Pinheiro Sant'Anna concordou com o parecer, lembrando a troca do nome da agência reguladora na ocasião da tragédia da Vale do Rio Doce. Sustentou que o controle social é um instrumento de democracia participativa, mas também uma forma de democratizar o acesso de quem seria escolhido e que o Projeto de Lei poderia ter sido aprofundado nesses pontos. O Dr. Hariberto de Miranda Jordão Filho pediu a palavra para demonstrar a preocupação com as condições de nomeação dos membros, se são suficientemente rígidas para impedir que o membro de um setor produtivo faça parte da agência reguladora daquele setor. O Dr. Carlos Jorge Sampaio manifestou seu apoio ao parecer. O Dr. Renato Ferreira pediu a palavra para endossar a parte final do parecer. O Dr. Marcio Lacombe retornou à tribuna para prestar esclarecimentos sobre o critério de nomeação, feita pelo Presidente da República e aprovado pelo Senado Federal. O avanço do projeto é nos requisitos e vedações, como a proibição de participação ministros de Estado ou pessoas com participação em empresas sujeitas à regulação. Ao final das deliberações, o parecer foi aprovado. A seguir, passou-se à apresentação da indicação do Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna, sobre Constitucionalidade, Reforma da Previdência, Direitos Sociais. O Dr. Sérgio Luiz sustentou que o tema da indicação é sensível e tem fundamento histórico, que remonta ao estado de bem estar social (Wellfare State) e na ideia do Estado intervencionista indutor de políticas públicas e previsões de direitos e garantias fundamentais materializadas no governo de Getúlio Vargas, no período pós-Revolução de 1930 e na



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Constituição Federal de 1934. A Constituição Federal de 1938, em seu artigo 194, diz que "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Diante disso, sustentou o orador que a amplitude de uma reforma previdenciária, tal qual ocorreu na reforma trabalhista, deve ser analisada de forma mais ampla. Assim, o IAB deveria elaborar um estudo para verificar se o projeto de reforma previdenciária, baseada numa Proposta de Emenda Constitucional, tem amparo na Constituição Federal de 1988. A pertinência foi aprovada, dando caráter de urgência e prazos concomitantes às três Comissões, de Direito Constitucional, de Direitos Sociais e de Direito Previdenciário. Dando prosseguimento aos trabalhos, a **Dra. Máira Costa Fernandes** apresentou a Proposta de Indicação a respeito do Projeto de Lei nº190/2019, que trata das parcerias público privadas (PPP) no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro, cuja votação na Alerj já se iniciou, terminando na semana que vem e conta já com 51 propostas de emenda. O Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a contratar pareceria público privada para a construção e administração de estabelecimentos prisionais no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Pediu a Dra. Máira Fernandes um caráter de extrema urgência para a indicação deste Projeto, pois já está em votação na Alerj. Sustentou a oradora que parece já haver um parecer, no IAB, sobre este tema, de autoria do Dr. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz. A pertinência foi aprovada, dando caráter de urgência e envio concomitante às Comissões de Direito Penal e Direito Administrativo. Prosseguindo a sessão com a **Proposta de sócio para ser votada:** **Membro efetivo Proposto:** Dr. Giambenito Pianezzola Filho, **Proponentes:** Dr. Thales Rezende Rodrigues de Miranda e Dra. Adriana Brasil Guimarães, aprovada pelos presentes. Durante a votação, o Dr. Antônio



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Laért fez a leitura dos eventos da semana. Finda a votação, foi passada a palavra à Dra. Katia Rubinstein que, como oradora inscrita, discorreu sobre o projeto da Lei Anticrime, do Ministro Sérgio Moro, alterando quatorze leis federais e garantindo a execução provisória da pena. Sustentou a oradora que o entendimento consolidado pelo IAB é de preservar a cláusula pétrea da presunção de inocência e a sua supressão vai trazer para o Brasil o que ocorre nos Estados Unidos, da Era do grande encarceramento do Estado Penal, e que, se confirmado, tal retrocesso prejudicará principalmente as minorias. Destacou, também, o triste acontecimento do domingo, quando uma família foi alvejada por militares com oitenta tiros de fuzil, concluindo que estamos numa época de criminalização dos pobres. Na sequência, **Proposta de sócio para ser lida** como **Membro honorário Proposto:** Dr. Jorge Orlando Sereno Ramos, **Proponentes:** Dr. Paulo Cesar Rocha Cavalcanti Junior e Dra. Rita de Cássia Sant'Anna Cortez; como **Membro efetivo Proposto:** Dr. José Luiz Barbosa Pimenta Júnior, **Proponente:** Dr. Ronaldo Lastres Silva; como **Membro efetivo Proposto:** Dra. Joana D'arc Amaral Bortone, **Proponente:** Dr. Frederico Price Grechi, conforme constante da pauta, restando disponível no quadro de avisos da sala das sessões e no site do IAB. Após, a Ata da 37ª Sessão Ordinária foi aprovada e, lida a relação de doação de livros à Biblioteca Daniel Aarão Reis, a presidente da mesa, Dra. Adriana Guimarães, declarou encerrada a sessão às 20:05h da qual eu, Antônio Laért Vieira Júnior, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

Adriana Brasil Guimarães

3ª Vice-Presidente do IAB Nacional e Presidente da sessão



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara , 210 , 5° andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Antônio Laért Vieira Júnior

Diretor Secretário e Secretário da sessão